

Convênios podem facilitar a biopirataria na Amazônia

Convênios são apontados como uma das vias de saída indiscriminada de amostras e dados científicos

José Saraiva - 7/nov/97

MANAUS (AG) - Para sobreviver da floresta, o paraense Alaércio Marajó dos Reis não precisa cortar madeira nem queimar a mata, como a maioria dos caboclos da Amazônia. Ele ganha a vida colhendo plantas e sementes e capturando insetos, sapos e cobras. Aparentemente inofensivo, o trabalho de Alaércio, na opinião de pesquisadores, representa para o país o risco de perder o controle sobre seu patrimônio genético. O caboclo é coletor profissional de espécies, um dos que alimentam uma rede de fuga de material genético para o exterior, praticamente livre da fiscalização das autoridades.

O problema agora não é só a ação de aventureiros que se infiltram em tribos indígenas para aprender segredos do pajé. Os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa) são palco de acalorado debate sobre a saída descontrolada de amostras com o aval de convênios internacionais de cooperação científica. A denúncia é de que plantas e animais podem estar sendo desviados para o desenvolvimento de produtos, com vistas às indústrias farmacêutica, têxtil, cosmética e alimentícia. E, assim, não se revertem em divisas ou benefícios para o País.

Alaércio Marajó trabalha há oito anos para a Associação de Levantamento Florestal do Amazonas (Alfa), braço do Smithsonian Institution, centro de pesquisa americano que mantém há 20 anos convênio com o Inpa. A Alfa tem uma rede de dez coletores atuando numa área florestal a 110 quilômetros de Manaus.

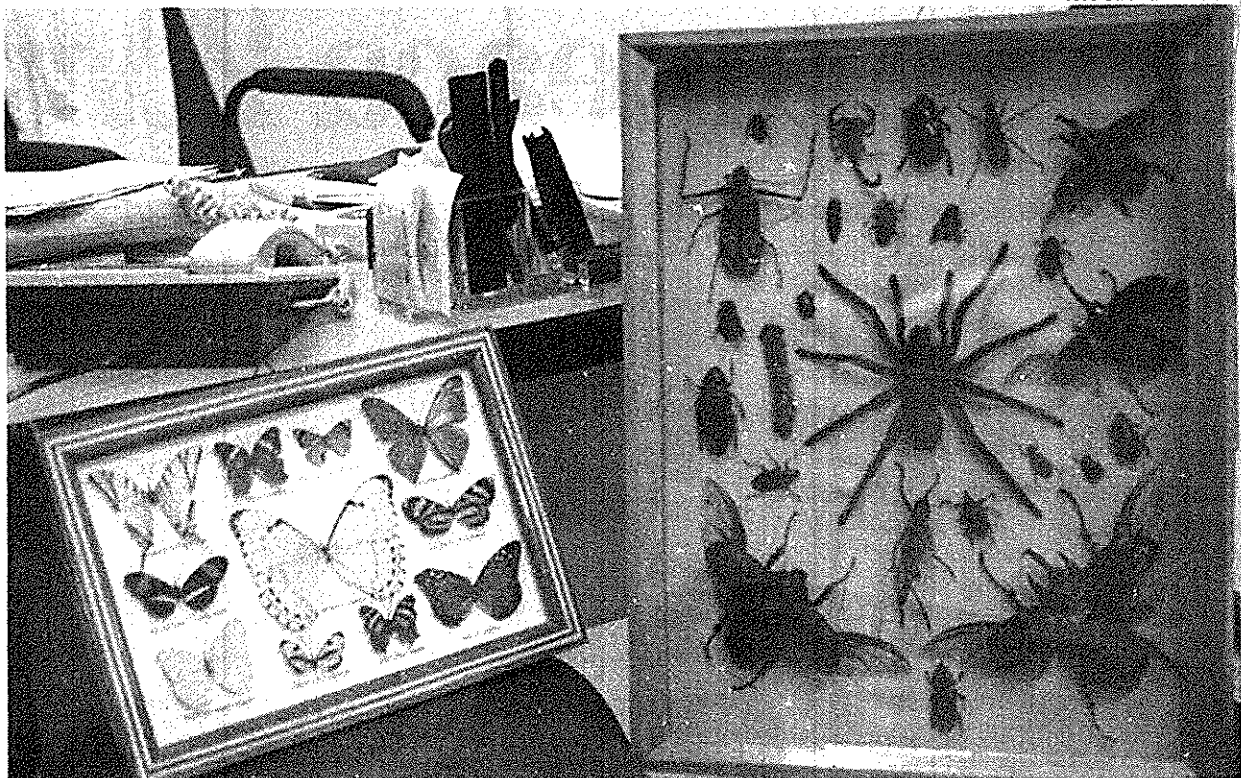
Cada um colhe 45 amostras por dia (um terço é doado para o Inpa e o restante dividido entre o coordenador da pesquisa e o Smithsonian).

"Eles levam e não vemos mais", diz Alaércio, que colhe frutas, folhas e flores.

Apontados pela comissão externa da Câmara que investigou a biopirataria como uma das vias de saída indiscriminada de amostras e dados científicos, os convênios são considerados uma caixa-preta por cientistas e autoridades envolvidas no debate. O Ministério Público federal decepcionou-se, em 1998, ao tentar entender o esquema de remessa de material: "Concluimos que a remessa para o exterior não é fiscalizada", lamenta a procuradora da República Raquel Dodge, da câmara criada para defender os direitos dos índios e minorias.

Thomas Lovejoy, conselheiro de Assuntos Ambientais e Biodiversidade da Smithsonian Institution, rebateu as acusações: "Alguém no Brasil quer me transformar de lutador pela preservação da Amazônia num biopirata. Biopiratas são os que vêm destruindo a floresta", afirma o cientista, que segunda-feira recebe em Washington a comenda da Ordem do Mérito Científico, do Governo brasileiro. "Nada sai do Brasil sem permissão", disse, assegurando que não há conexão comercial nas pesquisas.

Outro problema na relação entre brasileiros e estrangeiros é a falta de paridade. A Região Norte recebeu apenas 3,3% do total de bolsas de mestrado e doutorado concedidas pelo CNPq no ano passado. Como a portaria ministerial que regula-



Insetos, sementes, plantas, sapos, cobras etc. saem da Amazônia sem qualquer fiscalização

menta a pesquisa internacional no Brasil exige que o trabalho seja coordenado por dois cientistas do mesmo nível (um estrangeiro e outro brasileiro), as instituições amazônicas recorrem à figura do curinga, um mesmo cientista que assina vários projetos ao mesmo tempo.

Na Universidade Federal do Acre, por exemplo, a botânica alemã Christiane Ehringhaus dirige sozinha um projeto com sementes nativas: sua parceira brasileira está num estágio fora do país. Para o analista de ciência e tecnologia William Gama, com tese de mestrado sobre o tema na Universidade Federal do Pará, isso

torna o estrangeiro o único responsável pelo trabalho: - Estrangeiros vêm e vão, sem controle sobre a saída de material. Podem até fazer biopirataria, depende da honestidade deles.

Para Lovejoy, as críticas de Gama não têm fundamento: "Ele não sabe que é procedimento padrão o intercâmbio de material para identificação. Muitas vezes, há no mundo todo um único especialista em determinados tipos de organismos".

Como menos de 1% das verbas da pesquisa científica vai para o Norte, cria-se uma dependência que torna os convênios bilaterais fundamentais para a sobrevi-

vência da pesquisa na Amazônia. Para cada R\$ 100 injetados pelo Governo federal no Inpa, os parceiros entram com R\$ 80. Apesar disso, a fiscalização é questionada. A Associação dos Pesquisadores do Inpa divulgou a opinião de 118 cientistas sobre o controle da saída de amostras. Do total, 43% o consideraram ruim e péssimo; 23%, regular; 23% não souberam responder. Só 11% o consideraram bom e ótimo.

O diretor do Inpa, Ozório Fonseca, diz que os convênios são autorizados pelo governo e que uma sindicância não comprovou as denúncias de Gama. Para ele, o debate sobre biopirataria deve ser "despido do componente emocional, muitas vezes desprovido de comprovação científica". "Se esse poder terapêutico estivesse próximo da realidade, a média de vida dos povos da região seria similar à dos habitantes dos países de alto grau de desenvolvimento tecnológico".

O professor Frederico Arruda, da Universidade Federal do Amazonas, contesta o diretor do Inpa. Para ele, o caminho mais fácil para o processamento dos produtos naturais brasileiros ainda é o aeroporto. Pioneiro na denúncia de biopirataria envolvendo instituições brasileiras, Frederico disse que ficou surpreso ao pedir à Central de Medicamentos (Ceme) a lista de plantas estudadas no Brasil em nível de ensaio químico e descobrir que somente cinco estavam sendo analisadas.

"Além disso, não há garantia do que é feito lá fora com o que se exporta legamente", disse.

Colaborou José Meirelles Passos - Washington

Outros casos analisados

RIO (AG) - Outros casos estudados pela comissão da Câmara não apenas os convênios científicos foram alvos de análise na primeira grande investigação sobre biopirataria no Brasil, feita por uma comissão externa da Câmara. Os deputados denunciaram casos em que material genético e conhecimentos indígenas foram levados do país:

- **Bancos de DNA:** Células de sangue retirado de índios karitiana e suruí (RO) por uma equipe médica, a pretexto de identificar doenças, foram oferecidas pela Internet a bancos de DNA pelo laboratório da Coriel Cell Repositories (EUA).

- **Patentes:** Depois de conviver com os índios wapixana (RR), o químico Conrad Gorinsky registrou no Escritório de Patentes Europeu os direitos de

propriedade intelectual sobre dois compostos retirados de plantas usadas pela tribo: o rupuninine (tem efeito anticoncepcional e inibe o crescimento de tumores) e o cunaniol (estimulador do sistema nervoso central).

- **Novos remédios:** A empresa americana de bioprospecção Shaman Pharmaceuticals, após estudar sete mil plantas amazônicas, estaria testando dois medicamentos sem o aval de autoridades brasileiras. Um deles seria aplicado contra a diarreia em doentes de Aids.

- **Besouros:** O empresário francês Gérald Péliissié mandou um fax à comissão informando ter sido abordado por um funcionário de uma agência de turismo de Manaus, que lhe ofereceu os serviços de coleta e remessa de besouros.